



Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores
Senhores Membros do Governo
Senhoras e Senhores Deputados Regionais

O futuro da nossa estação regional de televisão encontra-se, uma vez mais, em discussão. Desta feita, a reflexão é despoletada pela pretensa reforma que o actual Governo da Republica, de coligação Centro-Direita PSD/PP, pretende encetar na macro estrutura da televisão publica Nacional.

No pós 25 de Abril, a RTP-Açores, entretanto criada, marcou a construção, entre os açorianos, de uma ideia de região enquanto um todo – por incrível que pareça, uma novidade na altura. Anteriormente, a ditadura acentuara a divisão do nosso arquipélago em três entidades administrativas: as Juntas Gerais Distritais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. Os açorianos viviam de costas voltadas. Coube à RTP-Açores um protagonismo central enquanto agente de modernização da nossa sociedade, prestando um importante serviço de informação, formação e divulgação cultural.

Hoje, é reconhecida por todos a importância que a RTP-A teve na união dos açorianos e na afirmação dos Açores, ao possibilitar que as nossas Ilhas se revelassem, nos mais diversos domínios, umas às outras. Passamos a conhecer os nossos principais protagonistas nas mais diversas áreas sociais, ficamos a conhecer melhor as paisagens, os costumes, e as pronúncias das nossas Ilhas. A RTP foi, assim, um indiscutível factor de assunção e expressão da própria açorianidade, tão cara ao Povo dos Açores.

Apesar de divergências na sua concepção, de crises no seu crescimento, apesar de múltiplas dificuldades e falta de meios, apesar de críticas - provenientes dos mais variados quadrantes - sobre alguma informação produzida ser de “tendência”, e apesar de muitas outras coisas, o balanço do percurso RTP-Açores é claramente positivo. Hoje, é da toda a justiça afirmar que a existência do Centro Regional dos Açores da RTP é imprescindível para a identidade dos Açores, para a coesão de Portugal e para a vivência das nossas comunidades emigrantes.

Senhor Presidente
Senhores Membros do Governo
Senhoras e Senhores Deputados

Actualmente, o nosso quotidiano audiovisual é caracterizado pela cobertura televisiva universal, por via hertziana, de um canal nacional e outro regional; por um sistema de



TV por cabo – cada vez mais disseminado e com um leque de opções apreciável; contando ainda com a possibilidade de recurso a sistemas de TV por satélite; ou por Internet, ou redes similares.

Constata-se assim, que o actual contexto de inserção do canal regional mudou radicalmente ao longo dos anos, assim como se alteraram, profundamente, os meios técnicos, as necessidades de recursos humanos e as tecnologias associadas ao audiovisual, só não se alterando o propósito de fundo da existência da RTP-Açores, que se confunde com a própria existência da Autonomia Regional.

Por mais que o Governo da República clarifique o quadro de actuação da Televisão do Estado, ou equacione a dimensão e o perfil da futura orgânica empresarial da TV pública uma coisa, para nós, é certa: a RTP-Açores é imprescindível à nossa afirmação e cabe ao Estado a responsabilidade de a financiar e de a dotar com meios humanos e técnicos adequados à função que exerce, no quadro do Serviço Público de Televisão Nacional.

Por isso, ao Partido Socialista–Açores causa sérias dúvidas a proposta preconizada pelo Governo de República de proceder “- a autonomização, no respeito das regras de prestação de serviço público (...), dos Centros Regionais dos Açores e da Madeira, em condições a determinar e mediante adequadas negociações com os respectivos Governos Regionais.”, o que se traduziria, na prática, na assunção, por parte da Região, de um encargo financeiro significativo e que cabe, quanto a nós, e pela própria natureza do serviço, ao Orçamento Geral do Estado.

Eis o presente envenenado de Durão Barroso! Certamente contando com o aplauso de Victor Cruz e com o precioso auxílio da tendência totalitária de Alberto João Jardim – que persegue há 26 anos o controle total e efectivo da RTP-Madeira. Valerá bem o investimento, pensará Jardim com os seus botões. Causará oportunos danos financeiros ao Governo Regional, meditará o Presidente do PSD-Açores em Lisboa.

Mas nos Açores o xadrez Político é outro! A cultura política é muito diferente! E, sobretudo, a liberdade tem outra expressão! Trocando por miúdos, o PS, nos Açores, não persegue qualquer tutela sobre a televisão do Estado. O PS limita-se a formular o desejo da estação regional, manter um esforço suplementar: de produção regional – como se tem verificado nos últimos meses; de melhorar a sua cobertura jornalística regional – assegurado muito recentemente por via de apoio financeiro pontual do Governo Regional; e de manter um esforço permanente de isenção na sua informação.



Senhor Presidente
Senhores Membros do Governo
Senhoras e Senhores Deputados

Diríamos em síntese, que o serviço público de Televisão do Estado carece, de facto, de uma redefinição que racionalize o sector e proceda ao saneamento financeiro da TV do Estado, não sendo despiciendo uma consideração sobre a futura estrutura de financiamento da TV pública, mas tal não deve ser perseguido à custa nem do desmantelamento de meios imprescindíveis à afirmação da nossa Região, da nossa Cultura, do nosso País e da nossa Língua no Mundo actual; nem à custa da sobrecarga financeira das Regiões Autónomas, consumada através da demissão do Estado Central das suas competências de Soberania.

Disse

Horta, Sala das Sessões, em 14 de Maio de 2002
O DEPUTADO DA JUVENTUDE SOCIALISTA
JOSÉ CARLOS SAN-BENTO